



**PAUTA
PARA A 98ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 07 DE AGOSTO DE 2009**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 565, de 2009, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera o artigo 4º, § 8º, da Lei Estadual nº 11.608, de 2003, que dispõe sobre a Taxa Judiciária incidente sobre os serviços públicos de natureza forense.

2 - Projeto de lei nº 566, de 2009, de autoria do deputado Alex Manente. Altera a redação da Lei nº 13.174, de 2008, que dispõe sobre a comercialização de banana "in natura" no Estado.

3 - Projeto de lei nº 567, de 2009, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Proíbe a comercialização da buzina de pressão à base de gás propano butano em bancas de revistas, bares, padarias e lojas de brinquedos infantis no Estado.

4 - Projeto de lei nº 568, de 2009, de autoria do deputado Fernando Capez. Altera dispositivos da Lei nº 6.544, de 1989, que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica.

5 - Moção nº 53, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Apela ao Sr. Presidente da República para que determine a adequação da Lei nº 9.696, de 1998, que regulamenta a profissão de Educação Física, de maneira a permitir que novos faixas pretas de judô, aprovados em entidades de administração desportiva de nível estadual, devidamente registradas nos CONFEF e CREF, tenham facultado o direito de obter o registro nos referidos conselhos.

6 - Moção nº 54, de 2009, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela ao Sr. Presidente da República para que encaminhe às Casas competentes projeto de lei visando proibir em definitivo a cobrança da Taxa de Abertura de Crédito - TAC, em seus variados moldes, pelas instituições financeiras.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 556, de 2009, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o valor de referência do vale-refeição para todos os funcionários públicos estaduais.

2 - Projeto de lei nº 557, de 2009, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a implementar o "Programa Telecentro Móvel" em todo o Estado.

3 - Projeto de lei nº 558, de 2009, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Associação de Assistência e Promoção Comunitária - ORIENTAVIDA", em Potim.

4 - Projeto de lei nº 559, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Sargento Antonio Luiz de Sousa" à Penitenciária II, em Reginópolis.

5 - Projeto de lei nº 560, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Tenente José Alfredo Cintra Borin" à Penitenciária I, em Reginópolis.

6 - Projeto de lei nº 561, de 2009, de autoria do deputado Fernando Capez. Institui o "Dia do Antigomobilismo".

7 - Projeto de lei nº 562, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 1437, de 1977, que institui o "Dia do Massagista".

8 - Projeto de lei nº 563, de 2009, de autoria do deputado Fernando Capez. Assegura aos doadores regulares de sangue o pagamento de meia entrada em cinemas, teatros, estádios e outros locais de acesso ao público que realizem eventos de natureza cultural, esportiva ou recreativa no Estado.

9 - Projeto de lei nº 564, de 2009, de autoria do deputado Fernando Capez. Obriga as prestadoras de serviço de manobra e guarda de veículos, também denominados "valet service", a registrar em documento de recebimento do

veículo a existência de bens móveis de valores a serem indicados e apresentados pelo consumidor.

10 - Moção nº 50, de 2009, de autoria da Comissão de Transportes e Comunicações. Apela para o Sr. Governador do Estado a fim de que determine que o CONFAZ promova análise da questão e celebre convênio para a isenção do ICMS na aquisição de veículos por pessoas com deficiência, nas mesmas condições previstas pela Lei Federal nº 10.690, de 2003.

11 - Moção nº 51, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Srs. Líderes Partidários, a fim de que aprovem a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, a qual estabelece que a remuneração dos Policiais Militares dos estados não poderá ser inferior à da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como a dos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar e dos inativos.

12 - Moção nº 52, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Membros do Congresso Nacional para que adotem urgentes providências no sentido da não aprovação das Propostas de Emendas à Constituição Federal de nºs 358, de 2005, e 338, de 2009, que tratam de alterar dispositivos inseridos no Capítulo III da Carta Magna, referentes ao Poder Judiciário.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 551, de 2009, de autoria do deputado Samuel Moreira. Dá a denominação de "Prefeito Benedito Garcia Ribeiro" à ponte localizada sobre o Rio Itararé e que liga os municípios de Fartura, no Estado de São Paulo, e Carlópolis, no Estado do Paraná.

2 - Projeto de lei nº 552, de 2009, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a criação de cargos de Médico e Enfermeiro no Quadro do Tribunal de Justiça.

3 - Projeto de lei nº 553, de 2009, de autoria do Tribunal de Justiça. Atribui competência aos juízes titulares de entrância final para officiar no Tribunal de Justiça.

4 - Projeto de lei nº 554, de 2009, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Isenta do pagamento da tarifa de pedágio, cobrada nas rodovias administradas pelo Estado ou por este cedidas a empresas particulares, os

veículos oficiais de propriedade das prefeituras e câmaras de municípios do Estado.

5 - Projeto de lei nº 555, de 2009, de autoria do deputado Orlando Morando. Altera o artigo 1º da Lei nº 13.174, de 2008, que dispõe sobre a comercialização de banana "in natura" no Estado.

5ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 20, de 2009, de autoria do deputado Fausto Figueira. Cria a "Frente Parlamentar em Apoio aos Moradores dos Bairros Cota da Serra do Mar, em Cubatão".

2 - Projeto de lei Complementar nº 28, de 2009, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera a redação do § 1º do artigo 40 da Lei Complementar nº 1010, de 2007.

3 - Projeto de lei nº 524, de 2009, de autoria do deputado Lelis Trajano. Altera a Lei nº 12.685, de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado.

4 - Projeto de lei nº 525, de 2009, de autoria do deputado Marco Porta. Obriga os cartórios de registro de títulos e documentos localizados no Estado a informar operações de venda e compra, ou de qualquer forma de transferência de propriedade de veículos, aos órgãos de trânsito do Estado de São Paulo, DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito e aos respectivos CIRETRANs - Circunscrição Regional de Trânsito.

5 - Projeto de lei nº 526, de 2009, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Revoga a Lei nº 13.549, de 2009, que dispõe sobre a extinção da Carteira Previdenciária dos Advogados de São Paulo.

6 - Projeto de lei nº 527, de 2009, de autoria do deputado Antonio Mentor. Dá a denominação de "Amâncio Leite Romão" à passarela localizada entre o trevo de acesso que liga a Rodovia José Louzano de Araújo ao km 110 da Rodovia Anhanguera - SP 330, no Bairro Jardim Manchester, em Sumaré.

7 - Projeto de lei nº 528, de 2009, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de "Dr. Getulio Tavolaro" ao complexo viário localizado no km 150,250 da Rodovia Engenheiro Paulo Nigro Romano - SP 225, em Brotas.

8 - Projeto de lei nº 529, de 2009, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Declara de utilidade pública o "Desafio Jovem de Rio Claro", naquele Município.

9 - Projeto de lei nº 530, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Belarmino dos Santos" ao viaduto localizado no km 424 + 200m da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 294, na altura do Distrito de Jafa, em Garça.

10 - Projeto de lei nº 531, de 2009, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Declara de utilidade pública o "Instituto Nacional de Defesa do Consumidor", de São Paulo.

11 - Projeto de lei nº 532, de 2009, de autoria do deputado Fernando Capez. Dá a denominação de "Estação Juventus-Vila Prudente" à Estação Vila Prudente da Linha Verde da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, na Capital.

12 - Projeto de lei nº 533, de 2009, de autoria do deputado Marco Porta. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa "Vila Dignidade" no Município de São Lourenço da Serra.

13 - Projeto de lei nº 534, de 2009, de autoria do deputado Marco Porta. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa "Vila Dignidade" no Município de Juquitiba.

14 - Projeto de lei nº 535, de 2009, de autoria do deputado Marco Porta. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa "Vila Dignidade" no Município de São Bernardo do Campo.

15 - Projeto de lei nº 536, de 2009, de autoria do deputado Marco Porta. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa "Vila Dignidade" no Município de São Paulo.

16 - Projeto de lei nº 537, de 2009, de autoria do deputado Marco Porta. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa "Vila Dignidade" no Município de Campinas.

17 - Projeto de lei nº 538, de 2009, de autoria do deputado Marco Porta. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa "Vila Dignidade" no Município de Guarulhos.

18 - Projeto de lei nº 539, de 2009, de autoria do deputado Marco Porta. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa "Vila Dignidade" no Município de Osasco.

19 - Projeto de lei nº 540, de 2009, de autoria do deputado Marco Porta. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa "Vila Dignidade" no Município de Cotia.

20 - Projeto de lei nº 541, de 2009, de autoria do deputado Marco Porta. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa "Vila Dignidade" no Município de Santo André.

21 - Projeto de lei nº 542, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Felício Arnaldo Buonamici" ao 47º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (47º BPM/M), na Capital.

22 - Projeto de lei nº 543, de 2009, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Obriga os proprietários de veículos automotores a instalarem dispositivo para o aumento da eficiência da combustão para melhor aproveitamento do combustível e redução da emissão de gases poluentes.

23 - Projeto de lei nº 544, de 2009, de autoria do deputado Bruno Covas. Veda a interrupção de programas, projetos ou ações administrativas cuja implementação esteja em curso por ocasião de mudança de gestão ou de comando.

24 - Projeto de lei nº 545, de 2009, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Obriga a impressão do Calendário oficial de Vacinação na contracapa dos cadernos distribuídos gratuitamente aos alunos das escolas públicas estaduais.

25 - Projeto de lei nº 546, de 2009, de autoria do deputado Fausto Figueira. Restringe o uso de sacolas e sacos plásticos para acondicionamento de produtos e mercadorias em supermercados.

26 - Projeto de lei nº 547, de 2009, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Dispõe sobre a adoção de medidas protetivas de urgência (suspende a posse ou restringe o porte de arma de fogo) em face do agente da lei que praticar violência doméstica e familiar contra a mulher.

27 - Projeto de lei nº 548, de 2009, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Institui o "Atlas da Mulher Paulista", contendo dados relativos à condição da

mulher no Estado, e assegura a divulgação e o acesso às informações contidas neste instrumento.

28 - Projeto de lei nº 549, de 2009, de autoria do deputado Mozart Russomanno. Declara o município de Ibitinga "Capital do Bordado" no Estado.

29 - Projeto de lei nº 550, de 2009, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Autoriza o Poder Executivo a criar o Selo Agricultura Natural.

30 - Projeto de decreto legislativo nº 49, de 2009, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta, nos termos do artigo 20, inciso IX, da Constituição do Estado, o Decreto nº 54.478, de 2009.

31 - Projeto de decreto legislativo nº 50, de 2009, de autoria do deputado Simão Pedro. Revoga o Decreto nº 53.823, de 15/12/2008, que regulamenta a Lei 12.801, de 15/01/2008, que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas visando à participação do Estado no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.